

Área Gestora: Gerência de Tecnologia da Informação Data da Aprovação: 26/10/2021

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS EXTERNA

1.	OBJETIVO	.2
2.	APLICAÇÃO	.2
3.	REFERÊNCIAS	.2
4.	DEFINIÇÃO	.2
5.	PRINCÍPIOS GERAIS	.3
5.1.	Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis	.3
5.2.	Princípios Aplicáveis ao Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis .	.4
5.3.	Coleta e Armazenamento de Dados Pessoais	.5
5.3.	1 Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais	
5.4.	Fundamentos Legais do Tratamento de Dados Pessoais	.7
5.5.	Compartilhamento de Dados Pessoais	.8
5.6.	Compartilhamento de Dados Pessoais com a Patrocinadora	.9
5.7.	Conservação e Eliminação de Dados Pessoais	.9
5.8.	Direitos dos Titulares	.9
5.9.	Medidas Técnicas, Operacionais e de Segurança de Proteção dos Dados Pessoais	10
5.10). Definição de Perfis	10
5.11	. Cookies	
5.12	2. Encarregado (Data Protection Officer - DPO)	11
5.	ANEXOS	11



1. OBJETIVO

Esta Política consolida os princípios e práticas de proteção e governança de dados pessoais adotados pela Fundação de Seguridade Social Braslight ("entidade") em observância aos preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), em adição às disposições contratuais e práticas relativas ao sigilo e à confidencialidade, inclusive sobre:

- Quais tipos de dados pessoais são tratados;
- Como os dados pessoais são tratados;
- Com quem dados pessoais são compartilhados;
- Quais os fundamentos que autorizam o tratamento de dados pessoais;
- Que garantias são aplicáveis à segurança dos dados e informações tratados;
- Os direitos dos titulares em relação à proteção de seus dados pessoais fornecidos e como exercê-los.

2. APLICAÇÃO

A presente Política aplica-se aos colaboradores, prepostos, diretores, conselheiros, fornecedores e parceiros da Braslight que atuem em seu nome nas atividades e funções que envolvam dados pessoais sob controle da entidade.

3. REFERÊNCIAS

- Política de Proteção e Governança de Dados Pessoais
- Manual de Controles de Sistema de Gestão da Segurança da Informação
- Política de Segurança da Informação

4. DEFINICÃO

- Agentes de tratamento de dados: controlador, pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete a tomada de decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, e o operador, pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome ou a pedido do controlador;
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.
- Dado pessoal: informação que, isolada ou associada a outras, identifique ou que possa identificar uma pessoa natural;
- Dado pessoal sensível: informação sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;



- Dado pseudonimizado: informação sobre um titular de dados que somente o identifica quando associada a informação adicional relativa ao titular, mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro;
- Encarregado (ou Data Protection Officer DPO): pessoa indicada pelo controlador ou operador encarregado para atuar como canal de comunicação com titulares dos dados e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Titular dos dados pessoais: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, inclusive participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores, conselheiros, diretores, fornecedores – quando pessoas físicas - e demais prepostos da entidade;
- Tratamento de dados pessoais: operação realizada com dados pessoais, que abarca a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados pessoais.

5. PRINCÍPIOS GERAIS

5.1. Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

Para efeitos desta Política, dados pessoais são quaisquer informações, de qualquer natureza e independentemente do suporte (incluindo som e imagem), relativas à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive dados pessoais de crianças e adolescentes.

Os dados pessoais sensíveis são as informações relativas à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico dos titulares dos dados.

Na Braslight, porém, somente são tratados dados pessoais sensíveis relativos a filiação a sindicatos (descontos em folha de mensalidades), a saúde (nos processos de desconto de mensalidades de planos de saúde, odontológico e seguro de vida - benefícios aos empregados), prova de vida e isenção tributária a portadores de moléstia grave, ou para elegibilidade a benefícios do plano previdenciário) e dados biométricos (para controle de jornada, bem como registro de imagem dos participantes/assistidos para atendimento, mediante consentimento).

Os dados pessoais tratados são sempre coletados diretamente do titular de dados ou de terceiros vinculados ao plano de benefícios, e variam conforme o objeto do contrato ou relação mantida junto à Braslight.



5.2. Princípios Aplicáveis ao Tratamento de Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis

Todo e qualquer tratamento de dados pessoais, nos quais se incluem os dados pessoais sensíveis, no âmbito da entidade ou mediante solicitação deste, é realizado de acordo com as regras e procedimentos estipulados em normas relativas à proteção de dados pessoais, e pautadas na boa-fé, lealdade, respeito e transparência ao tratamento dos dados pessoais, e nos seguintes princípios:

- Finalidade: os dados pessoais coletados e processados são utilizados para realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, não sendo utilizados de forma incompatível com tais objetivos;
- Adequação: os dados pessoais são tratados em compatibilidade com as finalidades informadas ao seu titular ou pertinentes ao contrato por ele firmado com a entidade, no contexto do tratamento realizado;
- Necessidade: o tratamento deve se limitar ao mínimo possível de dados pessoais indispensáveis à realização das finalidades objetivadas, observada a sua pertinência e proporcionalidade;
- Livre acesso: é assegurada aos titulares a realização de consulta facilitada e gratuita sobre os dados pessoais tratados, bem como sobre a forma e a duração do seu tratamento;
- Qualidade dos dados: os dados pessoais tratados devem ser exatos, claros, relevantes e atualizados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do tratamento;
- Transparência: é assegurado ao titular de dados pessoais o acesso a informações precisas e facilitadas sobre o tratamento de seus dados pessoais e os respectivos agentes de tratamento;
- Segurança: são aplicáveis para tratamento de dados todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- Prevenção: são aplicáveis para tratamento de dados pessoais todas as medidas técnicas, operacionais e contratuais adequadas para prevenir eventual ocorrência de danos ou riscos em virtude das atividades de tratamento de dados pessoais;
- Não discriminação: é vedada a realização de tratamento de dados pessoais para qualquer forma de discriminação ilícita ou abusiva;
- Responsabilização e prestação de contas: está disponível ao titular de dados pessoais a demonstração da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância, o cumprimento e a eficácia das normas de proteção de dados pessoais.



5.3. Coleta e Armazenamento de Dados Pessoais

A Braslight, enquanto entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivo proporcionar benefícios previdenciários a seus participantes, assistidos e beneficiários. Para o desenvolvimento de suas atividades, a entidade realiza o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis de participantes, assistidos, beneficiários, potenciais participantes (empregados da patrocinadora aos quais a entidade é obrigada legalmente a oferecer plano de benefícios previdenciários), colaboradores, dirigentes, prepostos e fornecedores.

Os tipos de dados pessoais coletados e tratados pela entidade podem incluir:

- (i) Informações de contato, como nome, endereço, número de telefone e e-mail;
- (ii) Dados de identificação, incluindo data de nascimento, RG, CPF, sexo, filiação e situação profissional/relativas ao vínculo empregatício;
- (iii) Informações necessárias para a concessão e manutenção de empréstimos, institutos e benefícios, por exemplo: tempo de contribuições, informações sobre salário e dados bancários;
- (iv) Informações relacionadas à família, dependentes ou questões pessoais, como estado civil e informações necessárias para alocação de benefícios previdenciários e pagamento de pensão alimentícia, quando determinado judicialmente; e
- (v) Informações sobre saúde, como moléstias graves para isenção de imposto de renda, ou atestados médicos, no caso dos empregados próprios da entidade.

Estas e demais informações pessoais tratadas pela entidade são coletadas: (i) de forma direta, por meio de formulários (físicos e eletrônicos), contatos telefônicos, atendimento presencial, pelo site (Fale-Conosco), e-mail, e outras interações diretas com o titular de dados; ou (ii) de forma indireta, através da patrocinadora.

Quanto à coleta e tratamento de dados pessoais sensíveis, como informações relacionadas à saúde, a entidade adota cuidados adicionais. Para além dos casos em que há consentimento expresso, específico e destacado pelo titular de dados, o tratamento de dados sensíveis ocorre apenas quando se tornar indispensável para cumprimento de obrigação legal, regulatória ou contratual, defesa em processo judicial e em estrita observância às disposições da LGPD, de modo impedir tratamentos discriminatórios ou restritivos.

5.3.1. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais

Para o desenvolvimento de suas atividades, a entidade, na posição de controladora, realiza o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis necessários para a satisfação das finalidades abaixo descritas:

 Gestão de pessoas e administração geral: contratação e relação com colaboradores (inclusive fornecedores pessoa física), controle de jornada com biometria e banco de horas,



recrutamento e seleção, cadastro e manutenção de benefícios aos colaboradores, suporte a viagens e treinamentos, serviços gerais de infraestrutura predial e operacional, incluindo a interface com a portaria predial e recepção para acesso físico às instalações da entidade e gerenciamento de arquivo morto (empresa contratada), bem como cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

- Gestão de planos previdenciários: cadastro de adesão aos planos previdenciários, manutenção cadastral, pagamento de benefícios, arrecadação de contribuições, execução de institutos, resgate e portabilidade;
- Rotinas Atuariais: avaliação e estudos atuariais vinculados aos planos (cálculo de joia, revisão de cálculos atuariais de reserva, premissas, hipóteses);
- Relacionamento: relacionamento e atendimento de demandas de participantes e assistidos, incluindo simulação de benefícios, oferta do plano a novos empregados junto ao patrocinador e gestão de clube de vantagens, e recepção/protocolo de documentos;
- Comunicação: ações de marketing, comunicação institucional e comunicação interna;
- Gestão da carteira de empréstimos e de investimentos: concessão, cobrança e simulações de empréstimos e gestão da carteira imobiliária da entidade;
- Gestão financeira: contas a pagar e a receber, rotinas contábeis, execução de contratos com fornecedores e cumprimento de obrigações legais;
- Riscos e Compliance: análise reputacional de participantes, colaboradores e fornecedores e cumprimento de obrigações legais;
- Rotinas jurídicas: atuação em demandas consultivas e acompanhamento às defesas em processos judiciais e administrativos;
- Gestão de infraestrutura e segurança da informação: gestão de banco de dados e do portal institucional e do participante, cadastro para acesso às instalações da entidade (atendimento), monitoramento de segurança da informação, rede corporativa e desenvolvimento de sistemas, bem como suporte operacional;
- Governança e Representação institucional: nomeação, eleição, certificação, habilitação de dirigentes e conselheiros e representação institucional da entidade.



Além destas hipóteses, a Braslight realiza tratamento de dados pessoais na posição de operador e, portanto, agindo em estrita observância às instruções do controlador dos dados, conforme impõe a LGPD, para a efetivação dos seguintes processos:

- Desconto em folha do pagamento de mensalidades às associações: Atuam como controladores de dados pessoais a ATEL- Associação dos Técnicos da Light, o Grêmio Previdenciário dos Aposentados Urbanitários do RJ e a APB- Associação dos Participantes da Braslight;
- Desconto em folha do pagamento de mensalidades aos sindicatos: Atuam como controladores de dados pessoais os respectivos sindicatos;
- Desconto de pensão alimentícia em folha de participantes ativos: Atua como controlador de dados pessoais o respectivo órgão judicial ou parte interessada/credora.

5.4. Fundamentos Legais do Tratamento de Dados Pessoais

No cumprimento das finalidades descritas no tópico acima, a entidade realiza o tratamento de dados pessoais quando houver o consentimento do titular ou quando necessário para a execução de contrato ou procedimentos que o antecedam.

Também realiza tratamento de dados pessoais para o cumprimento de obrigações legais ou de supervisão pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), para a defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais e para atendimento aos legítimos interesses da entidade ou com fundamento em diversa base legítima aplicável ao tratamento de dados, devidamente disciplinada pela LGPD e em observância aos preceitos e regras de proteção de dados pessoais.

Nos casos em que o tratamento de dados pessoais é feito em atendimento ao legítimo interesse da entidade, são observados estritamente os requisitos e as disposições prescritas na legislação aplicável.

Assim, nas situações concretas em que o tratamento se basear em legítimo interesse, a entidade assegura:

- A proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais;
- Que a utilização dos dados pessoais estritamente necessários para o atendimento à finalidade pretendida;
- Adoção das medidas para garantir, ao titular, a transparência do referido tratamento de dados.



Para o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, na qualidade de beneficiários dos participantes ou dependentes dos colaboradores, para concessão de benefícios e/ou cumprimento de obrigações legais e contratuais, a entidade adota os cuidados específicos prescritos pela LGPD, de modo que seja preservado o melhor interesse do menor, e que o consentimento, contratação e autorização sejam realizados diretamente pelos pais ou responsáveis legais.

5.5. Compartilhamento de Dados Pessoais

Poderá haver compartilhamento de dados pessoais com terceiros (fornecedores, patrocinadora e parceiros), nos casos em que sejam necessárias ou adequadas à luz da legislação aplicável, para assegurar interesses dos participantes e assistidos e beneficiários, cumprimento de obrigações legais ou ordens judiciais ou para atender solicitações e demandas de autoridades públicas.

Entre os fornecedores que acessam dados pessoais sob controle da Braslight estão empresas de:

- Informativos:
- Plataforma para envio de e-mail marketing e sms com pseudoanonimização;
- Estudos de massa e criação de personas;
- Cadastro em clube de vantagens;
- Processo eleitoral:
- Arquivo inativo;
- Processos de cobrança, emissão boletos e checagem de pagamentos;
- Advocacia contenciosa;
- Atuária;
- Auditoria independente;
- Cadastros de benefícios previdenciários;
- Tecnologia;
- Checagem de identidade facial para prova de vida;

Havendo o compartilhamento de dados pessoais, são adotadas todas as medidas razoáveis para a proteção dos dados pessoais, observadas as instruções impostas contratualmente, os preceitos da LGPD e a política de proteção de dados pessoais da entidade, a fim de que haja garantias suficientes de execução de medidas técnicas e operacionais adequadas para a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados.

Especificamente para o compartilhamento de dados pessoais sensíveis, não há o compartilhamento ou uso compartilhado destes dados com o objetivo de obtenção de vantagem econômica. Tais dados são compartilhados para permitir a adequada execução do contrato previdenciário, defesa em processo judicial ou quando consentido pelo titular de forma específica e destacada.

Nos casos em que tais compartilhamentos ensejem o armazenamento de dados pessoais fora do Brasil, serão implementadas as medidas necessárias e adequadas à luz da



legislação aplicável para proteção dos dados pessoais objeto de transferência internacional, em observância ao fiel cumprimento da LGPD.

5.6. Compartilhamento de Dados Pessoais com a Patrocinadora

Para além dos casos em que há o compartilhamento de dados com a patrocinadora dos planos de benefícios previdenciários operados pela entidade, nesta condição, para fins de cumprimento nas disposições legais, regulatórias e contratuais, há transmissão de dados pessoais para as áreas técnicas da patrocinadora para suporte especializado às operações da entidade, visando diminuição de custos e melhor atendimento aos interesses dos participantes, assistidos e beneficiários, mediante compromisso mútuo de segurança e proteção de dados pessoais.

5.7. Conservação e Eliminação de Dados Pessoais

Os dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados são armazenados e conservados durante o período necessário à realização das finalidades que motivaram a coleta e tratamento de tais dados, bem como para cumprimento às obrigações contratuais, legais e em observância aos prazos prescricionais aplicáveis.

5.8. Direitos dos Titulares

O titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar à entidade, mediante pedido escrito direcionado ao DPO ou ao responsável pelo tratamento:

- A confirmação sobre a existência de tratamento e o acesso, nos termos e condições legalmente previstos, aos dados pessoais que lhes digam respeito e que sejam objeto de tratamento;
- A correção ou atualização dos dados pessoais inexatos ou desatualizados;
- A anonimização, bloqueio ou eliminação de dados, salvo quanto aos dados que sejam indispensáveis à execução das atividades pela entidade ou ao cumprimento de obrigações legais a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito;
- A oposição à utilização dos dados pessoais para fins que não sejam indispensáveis à gestão da entidade ou dos planos de benefícios administrados;
- A revogação do consentimento nos casos em que o tratamento estiver fundado apenas no consentimento e o tratamento dos dados não for indispensável ao cumprimento de obrigações contratuais, legais e regulatórias pela entidade;
- A informação sobre as entidades públicas e privadas com a qual houve o compartilhamento de dados pessoais;
- A portabilidade dos seus dados pessoais; e



 A informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

As solicitações de atualização, correção ou exclusão de seus dados coletados de acordo com esta Política por meio dos seguintes canais: **Central de Atendimento** 0800 0244397, **site:** www.braslight.com.br > ATENDIMENTO ou **e-mail:** atendimento@braslight.com.br. Todavia, os dados pessoais poderão ser mantidos para fins de cumprimento de obrigações legais, contratuais e regulatórias, para resguardar e exercer direitos da entidade e participantes ou assistidos, para manter as operações contratadas e para prevenção de atos ilícitos e em processos judiciais, administrativos e arbitrais.

5.9. Medidas Técnicas, Operacionais e de Segurança de Proteção dos Dados Pessoais

A entidade adota medidas técnicas, operacionais e contratuais necessárias para assegurar que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em estrita conformidade com a legislação de proteção de dados aplicável, e medidas de segurança que buscam garantir a proteção aos dados pessoais que lhes são disponibilizados contra a difusão, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento irregular ou em desconformidade com a LGPD.

A Braslight emprega monitoramento constante de vulnerabilidades, aplica treinamentos a todos os seus colaboradores, e mantém políticas e procedimentos para evitar a ocorrência de incidentes.

Na eventualidade de um incidente de segurança, a Braslight possui medidas para assegurar, inclusive contratualmente, a maior diligência de seus colaboradores e fornecedores para mitigar os riscos que dele advir, contando inclusive, com planos para notificação a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável.

5.10. Definição de Perfis

A entidade não trata dados pessoais de forma automatizada com a finalidade de criação e/ou definição de perfil comercial ou comportamental.

Eventualmente, a entidade realiza a classificação dos participantes, assistidos e beneficiários de acordo com a sua situação perante os planos ou em decorrência de contratos firmados pelo titular de dados com a entidade, com o objetivo realizar o encaminhamento de campanhas, informações e sugestões específicas em benefício ou para defesa de interesses do titular de dados.

5.11. Cookies

Para melhor funcionalidade do site e suas aplicações, são coletados cookies não obrigatórios, voltados ao reconhecimento imediato de dados do titular e à medição do terminal de acesso.

Na navegação do usuário no site da Braslight não há coleta de cookies.



5.12. Encarregado (*Data Protection Officer* - DPO)

A entidade indicará o DPO, em deliberação da Diretoria Executiva, como responsável pelo canal de comunicação entre a entidade, os titulares de dados pessoais (participantes, assistidos, beneficiários, dependentes, colaboradores, fornecedores, dirigentes e prepostos), partes interessadas e a ANPD, poderá prestar os esclarecimentos necessários sobre esta Política e sua aplicação, casos excepcionais e boas práticas a serem adotadas permanentemente por colaboradores, dirigentes, fornecedores e parceiros da entidade.

Toda e qualquer comunicação e solicitação relativa ao tratamento de dados pessoais podem ser encaminhadas pelos titulares diretamente ao DPO, que pode ser contatado pelo seguinte endereço eletrônico e contato telefônico: dpo@braslight.com.br

6. ANEXOS

Não possui anexos.

Esta política deverá ser divulgada de forma ampla a todos os colaboradores da entidade e deverá ser revisada a cada dois anos ou sempre que se fizer necessário.

A presente Política foi aprovada em reunião de Diretoria Executiva realizada em 26/10/2021, entrando em vigor a partir dessa data.

Luciano Molter de Pinho Grosso Diretor Presidente

SUMÁRIO DE REVISÕES				
Versão	Data	Descrição e/ou itens alterados		
1	11/08/2020	Emissão inicial		
2	26/10/2021	Revoga-se a POL BP 0002/2020 de 11/08/2020		